

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

Relação dos Membros dos Plenários - Presentes	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio de Nóbrega
	Maurício Kiyoshi Hirano
ABCON	p/ Maria Aparecida Drahein
ASSEMAE	Fabiane Cabral da Costa Santiago
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Maria das Graças Martini
	Marco Antônio dos Santos
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação dos Eng. de Jundiaí	p/ Luiz Antônio C. e Silva Brasi
Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone
CETESB	Rita de Cássia Lorenzi
CIESP – DR Americana	Edson Faion
CIESP - DR Jundiaí	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP- DR Piracicaba	Homero Scarso
CIESP- DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP - DR Santa Barbara d'Oeste	Jerry Willians de Moraes
CODEN	Ricardo Ongaro
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
	Jussara Cordeiro dos Santos
COPASA	Waldir Souza
CODASP	Oswaldo Minoru Iamamoto
DAE Americana	Leandro Zanini Santos
DAEE	Luiz Roberto Moretti
	Carolina Túbero Bacchin
Elo Ambiental	Claudia Grabher
FIEMG	p/ Waldir de Souza
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar
Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Júnior
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	p/ Debora de V. dos Anjos Oliveira
IPSA	Waldemar Bóbbo
Min. da Integração Nacional	José Luiz de Souza
P.M. de Americana	Adriano Alvarenga Camargo Neves
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da Costa Santiago
P.M. de Artur Nogueira	Edson Antônio Sacilotto
P.M. de Analandia	p/ José Batista Marinho
P.M. de Cabreúva	Rosimre Rabelo S. Timporim
	Henrique Martim
P.M. de Camanducaia	Thais Scognamiglio Campos Lourenço
P.M de Campo Limpo Paulista	Adriano Prochowisk

P.M de Campinas	Rogério Menezes
P.M. de Capivari	José Luiz Cabral
P.M. de Cordeirópolis	Giovane Henrique Genezelli
P.M de Cosmópolis	Vital Caló Filho
P.M de Dois Córregos	Luiz Adarlan Raimundo
P.M de Elias Fausto	João Lino de Oliveira
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Well
P.M. de Indaiatuba	Reinaldo Nogueira Lopes Cruz
PM de Itirapina	Alípio Marques Junior
P.M. de Itú	Mauricio Geraldo da Silva Dantas
P.M. de Itapeva	Sidney José da Rosa
P.M. de Jaguariúna	Irineu Gastaldo Junior
P.M. de Jundiaí	Maria das Graças Martini
P.M de Limeira	Alquermes Valvassori
	Osmar da Silva
P.M. de Louveira	Verônica Sabatino Caldeyro
P.M de Mogi-Mirim	João Bordignon Neto
P.M de Monte Mor	Rogério Maluf
PM de Morungaba	José Roberto Zem
P. M. de Pedreira	Celso José Leite Filho
P.M. de Piracicaba	Gabriel Ferrato dos Santos
P.M de Piracaia	p/ Marcos Tadeu Galotti
P.M. de Rafard	João Henrique Pellegrini Quibão
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
	Palmirio Altimari Filho
P.M. de Salto	Paulo Takeyama
P.M de Saltinho	Claudemir Francisco Torina
P.M de Santa Maria da Serra	Josias Zani Neto
P.M. de Sto Antônio de Posse	Leandro da Silva Granziera
P.M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta
P.M de Valinhos	p/ Edurado A. de Almeida Bottura
P.M de Várzea Paulista	João José de Lima
P.M de Vargem	Michele Consolmagno
Rotary Internacional D-4590	Luiz Antônio C. e Silva Brasi
SAA	Sérgio Rocha Lima Diehl
	Denis Herisson da Silva
SABESP	Hélio Rubens Figueiredo
	Oswaldo de Oliveira Vieira
	Antonio Carlos Teixeira
Secretaria da Educação	Fábio Augusto Nogueiros
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima
Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria de Desenvolvimento Social	Rita Cássia Dalla Costa de Godoy Lima
Secretaria dos Transportes	Marcello Poci Bandeira

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

SINMEC	José Maria do Couto
SMA	Egberto da Fonseca Casazza Sandra Jules Gomes da Silva
SR Campinas	Luis Fernando Amaral Binda
SR Indaiatuba	José Rodolfo Penatti
SR Limeira	Nilton Piccin
SR de Monte Mor	Rogério Maluf
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SSRH	Leonildo Ednilson Urbano Luiz Roberto Moretti
UNICA	André Elia Neto
Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
AEJ	Jaime Ramiro
P.M de Pedreira	Carlos Evandro Pollo

Aos 27 dias do mês de março de 2015, nas dependências da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, em Piracicaba/SP, realizou-se a 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 157 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários Presentes” apresentada e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue:

15 Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente do Aglomerado Urbano de Piracicaba); Reinaldo Nogueira Lopes Cruz (Prefeito Municipal de Indaiatuba e Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá); Henrique Martim (Prefeito Municipal Cabreúva e Presidente do Aglomerado Urbano de Jundiá); Carlos Eduardo Pollo (Prefeito Municipal de Pedreira); José Roberto Zen (Prefeito Municipal de Morungaba); Claudemir Francisco Torina (Prefeito Municipal Saltinho); Hélio Donizete Zanatta (Prefeito Municipal de São Pedro); Palmirio Altimari Filho (Prefeito Municipal de Rio Claro); Rogério Menezes (Secretário Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável da cidade de Campinas); Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Sergio Razera (Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Barjas Negri (Ex-presidente dos Comitês PCJ e atual presidente da FDE). **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Cerimonial convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** O Cerimonial cumprimentou a todos e agradeceu a cessão do espaço, e informou que a presente Reunião está sendo transmitida

on line, pela internet. A seguir, passou a palavra ao Prefeito Municipal de Piracicaba, Sr. Gabriel Ferrato dos Santos, agradecendo a hospitalidade. O Prefeito Gabriel agradeceu a presença de todos e manifestou a satisfação de sediar a reunião dos Comitês PCJ e enfatizou da importância das discussões e decisões tomadas pelos Comitês PCJ, face aos desafios enfrentados pelas Bacias PCJ, na gestão de recursos hídricos, ressaltando a acuidade da participação de todos, relatou sobre os trabalhos desenvolvidos pelos Comitês PCJ no período em que foi presidente deste colegiado. Concluiu desejando uma boa reunião a todos.

55 Em seguida, o Cerimonial passou a palavra para ao Prefeito de Indaiatuba, Sr. Reinaldo Nogueira, que cumprimentou a todos e explanou sobre os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito dos Comitês PCJ. Após, o Cerimonial passou a palavra ao Prefeito de Rio Claro, Sr. Palmirio Altimari que cumprimentou a todos os membros dos Comitês PCJ e informou que o município de Rio Claro está integrado com as discussões relacionadas a recursos hídricos e atuação junto aos Comitês PCJ, ressaltando a importância e necessidade dos municípios das Bacias PCJ estarem envolvidos nas questões atreladas a recursos hídricos. Discorreu sobre a implantação do sistema de gestão de recursos hídricos no Estado de São Paulo e as conquistas inerentes a este tema. Posteriormente, o Cerimonial passou a palavra ao Vice-presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. Marco Antonio dos Santos, que cumprimentou a todos e ressaltou a importância das discussões no âmbito dos Comitês PCJ, desejando sucesso aos trabalhos a serem realizados pelos membros que tomarão posse na presente reunião. Na sequência, com autorização do Presidente dos Comitês PCJ, o Cerimonial passou a palavra ao Secretário executivo dos Comitês PCJ, Sr. Moretti, deu início aos trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. Dando prosseguimento à reunião, passou ao item **3. Informes: 3.1. da Secretaria Executiva (SE):** O Sr. Moretti iniciou informando que, na presente data, são comemorados os 7 anos de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba –Jaguari (CBH-PJ), de Minas Gerais, e que no dia 30 de março, estaremos comemorando os 12 anos de instalação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ – FEDERAL), ressaltando os trabalhos desenvolvidos por estes comitês e as conquistas alcançadas. O Sr. Moretti esclareceu que o Secretário-executivo, é também o Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento, assim informou que no dia 08/05/2014, seria agendada e convocada reunião da CT-PL e, previamente, convidou a todos os membros que serão eleitos a participarem. O Sr. Moretti lembrou que durante a 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada no dia 14 de dezembro de 2012, no município de Itapeva/MG, foi aprovada a Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), para o



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

exercício 2013-2016. O PAP-PCJ 2013-2016 é o instrumento básico de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, nas Bacias PCJ, para o período de 2013 a 2016, pela Agência das Bacias PCJ. No inciso XV, do art. 6º, Capítulo II - Das Metas, Programas e Ações Prioritários, do PAP-PCJ 2013-2016, consta a meta relacionada à formação e à capacitação técnica dos membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo esta uma atividade constante e rotineira, principalmente porque a capacitação destes membros permite a tomada de decisões sempre mais qualificadas. Consta no PAP-PCJ 2013-2016, dentre outras, a ação de firmar parcerias com instituições de ensino, visando oferecer anualmente, aos membros das Câmaras Técnicas (CTs), vagas em cursos de especialização "Lato Sensu". E tendo em vista que, a partir de março de 2015 a Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP) oferecerá nova turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu de "Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos", foi realizada consulta junto às Coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (CTs), do interesse em terem membros cursando essa pós-graduação, sendo indicados representantes da CT-PL; CT-ID; CT-Indústria; CT-Rural; CT-PB; CT-OL; CT-MH; CT-AS; CT-SA; CT-SAM; CT-EA; CT-RN e do Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que os Comitês PCJ, por meio de sua Câmara Técnica de Educação Ambiental, está produzindo uma série vídeos educacionais, de 12 episódios, de 9 minutos cada, que serão posteriormente veiculados na TV PCJ, fornecendo as datas das oficinas para a produção dos vídeos educacionais e convidou a todos a participarem. O Sr. Moretti informou ao Plenário que foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 22/01/15, a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50, de 21/01/15, que "Estabelece regras e condições de restrição de uso para captações de água nas bacias dos Rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia", fornecendo esclarecimentos sobre os dispostos na resolução. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ informou que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Agência das Bacias PCJ estão discutindo a implementação conjunta de programas, projetos e atividades voltados à gestão dos recursos hídricos, com ênfase nas áreas rurais e na melhoria das condições de produção agrícola e qualidade ambiental, através de um protocolo de intenções que significa mais um passo em direção à cooperação técnica na área de gestão integrada dos recursos hídricos. O Sr. Sergio informou que no dia 06/02/2015, o Presidente do CBH-PJ, Sr. Jefferson Rennó, esteve em Belo Horizonte/MG participando de reunião com a presença do Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD, para apresentação de pontos importantes relacionados com a Gestão de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, tendo como pauta

os seguintes elementos de discussão: Gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas ano 2015; FHIDRO – Orçamento 2015 e Manutenção do FHIDRO; repasse às respectivas bacias hidrográficas dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em MG; Decreto nº 46.711. O Sr. Sergio informou que está sendo reativado, na sede do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais, situado no município de Camanducaia, o escritório avançado da Agência das Bacias PCJ, visando maior agilidade nas atividades desenvolvidas na parcela mineira das Bacias PCJ. O Sr. Sergio informou que no final do ano de 2014 o Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas, o WATERCLIMA, selecionou para fomento a Ação denominada "Ecocuencas", que foi concebida no final do ano de 2014, com apoio da Agência das Bacias PCJ. Em decorrência deste fato, nos dias 11 e 12 de fevereiro representantes da Agência das Bacias PCJ participaram de Oficina Regional de detalhamento da ação. O evento, que ocorreu na cidade de Lima, no Peru, foi promovido pelo Escritório Internacional da Água (OIEAU), que capitaneia o EcoCuencas. O Presidente da Autoridade Nacional da Água do Peru (ANA-Peru), Juan Carlos Sevilla Gildemeister, e outras autoridades que representam bacias hidrográficas críticas na América latina prestigiaram o encontro. Os trabalhos do EcoCuencas contaram com a liderança de distintas organizações internacionais, como ASCONIT, da França, Ecologic Institute, da Alemanha, assim como a RELOB/REBOB (Rede Latino Americana de Organismos de Bacia e Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas). As Bacias PCJ foram selecionadas como a região para desenvolvimento de projeto-piloto do EcoCuencas no Brasil. Além da implementação de projetos-piloto – iniciativa que envolverá também bacias no Peru, Equador e Colômbia, os trabalhos terão componentes dedicados à avaliação participativa da situação atual e das principais necessidades em termos de gestão por bacia nos países envolvidos, recomendações e aplicações concretas para mecanismos financeiros, bem como, networking, divulgação, formação e reforço de capacidades. Com duração de 3 anos, o EcoCuencas contará com a subvenção da Comissão Europeia, sendo que a participação das Bacias PCJ terá atividades voltadas à cobrança pelo uso dos recursos hídricos e mudanças climáticas. **3.3. dos Membros do Plenário:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê – Inevat e do Consórcio do Ribeirão Pirai, que externou sua preocupação quando a ausência de participação dos membros da sociedade civil, em específico do segmento Entidades Ambientalista” nos Comitês PCJ. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 217/2015, que “Empossa representantes dos órgãos governamentais (municípios, estados e União) e da sociedade civil (Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas) nos Plenários do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL, para**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

o mandato 2015 a 2017, e dá outras providências: O Sr. Moretti lembrou que nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/14, de 08/08/2014, que, dentre outras providências, estabeleceu o calendário das eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ-FEDERAL); constituiu Comissão Eleitoral e aprovou os “Procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação de representantes nos Plenários dos Comitês PCJ”, dos Segmentos “Usuários de Recursos Hídricos” e “Organizações Cívicas”, para o mandato 2015/2017, do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. O Sr. Moretti ressaltou que, conforme dispositivos constantes no Regimento Interno do CBH-PJ, seus membros são eleitos para mandato de quatro anos, mantendo-se, portanto, a mesma composição estabelecida no processo eleitoral de 2013, para todos os segmentos, incluindo a participação no PCJ FEDERAL, conforme empossados por meio do Ato do Governador de Minas Gerais, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Seção Diário Executivo, Caderno 1, Edição de 27/03/13. Diante do exposto, o Sr. Moretti detalhou o processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, destacando: 1) Órgãos de Governo: a Secretaria Executiva, através de ofício aos órgãos estaduais paulistas e federal, solicitou a rati-retificação dos membros indicados anteriormente. Informou que esse processo aconteceu nos meses de fevereiro e março de 2015; 2) Municípios: todos os municípios com sede na área das Bacias PCJ são membros natos, tendo os respectivos prefeitos como seus titulares, podendo indicar seus respectivos suplentes. Os demais municípios com parte da sua área territorial nas Bacias PCJ podem solicitar participação nos plenários. Para todos os municípios, a Secretaria Executiva encaminhou ofício ao prefeito solicitando a rati-retificação do representante suplente anteriormente indicado. Informou que esse processo aconteceu nos meses de janeiro e fevereiro de 2015; 3) Organizações Cívicas (entidades associativas representativas dos usuários e entidades da sociedade civil): Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/14, de 08/08/2014, estabeleceu o calendário das eleições dos Comitês PCJ e constituiu Comissão Eleitoral e aprovou os “Procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação de representantes nos Plenários dos CBH-PCJ e PCJ FEDERAL”, para esses dois segmentos. O processo eleitoral aconteceu em quatro etapas: a) inscrição das entidades interessadas; b) habilitação das entidades inscritas; c) inscrição das chapas das entidades habilitadas e d) votação nas chapas inscritas. Explicou que esta deliberação, em apreciação, fecha esse processo eleitoral e dá posse aos novos membros dos plenários dos Comitês PCJ, mandato 2015-2017. Na sequência, o Sr. Moretti, nomeou as instituições e os membros indicados para compor o CBH-PCJ e PCJ FEDERAL. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Gabriel Ferrato que declarou, em nome das Diretorias dos Comitês PCJ, empossados todos os membros eleitos do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL. Após, o Sr. Moretti abriu a palavra aos plenários para discussões da minuta de deliberação apresentada. Não

havendo manifestações, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4.2. Definição da ocupação dos cargos da diretoria e instruções para a realização das assembleias setoriais:** O Sr. Moretti explicou a necessidade de definição dos cargos diretivos dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL). Ressaltou que conforme mencionado anteriormente o PJ tem mandato de 4 anos, tendo o horizonte 2013-2015. Fez um breve relato sobre a ocupação dos cargos diretivos em mandatos passados e ressaltou a importância de cada cargo na estrutura. Após, iniciou o processo de definição dos cargos, que foram aprovados conforme segue: a) CBH-PCJ: Presidência ocupada por um prefeito; a Vice-presidência por um representante de uma entidade da Sociedade Civil de São Paulo; a Secretaria Executiva pelo Secretário-executivo eleito no PCJ FEDERAL e o Secretário-executivo Adjunto por representante de órgão estadual paulista. b) PCJ FEDERAL: a Presidência ocupada pelo Presidente eleito para o CBH-PCJ; a 1º Vice-presidência exercida pelo Presidente já eleito para o CBH-PJ; a 2º Vice-presidência exercida pelo mesmo representante eleito para a Vice-presidência do CBH-PCJ; a 3ª Vice-presidência exercida por um representante dos órgãos federais e um Secretário-executivo a ser eleito dentre os representantes do governo de São Paulo. c) CBH-PJ: mantém-se a composição atual, sendo a Presidência exercida pelo Prefeito de Sapucaí-Mirim/MG; a Vice-presidência da Sociedade Civil de Minas Gerais exercida pelo SINMEC; a Secretaria Executiva exercida pelo Secretário-executivo eleito no PCJ FEDERAL e o Secretário-executivo Adjunto exercido pela Prefeitura de Itapeva/MG. Na sequência foi discutida a ocupação de cargos dos organismos de bacias, a qual os Comitês PCJ participam, que foram aprovados conforme segue: a) Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias: a titularidade será exercida por um representante de município mineiro e a suplência será exercida por um representante da sociedade civil do Estado de Minas Gerais. b) Rede Brasil de Organismos de Bacias (REBOB): a titularidade será exercida por um representante da sociedade civil do Estado de São Paulo e a suplência será exercida por um representante dos usuários do Estado de São Paulo. c) Fórum Nacional dos Comitês de Bacias: 1) pelo PCJ FEDERAL a titularidade será exercida por um representante dos usuários de recursos hídricos do Estado de São Paulo e a suplência será exercida por um representante dos órgãos de governo Federal; 2) pelo CBH-PCJ a titularidade será exercida por um representante de município do Estado de São Paulo e a suplência será exercida por um representante da sociedade civil Estado de São Paulo; 3) pelo CBH-PJ a titularidade e a suplência será exercida por um representante de município do Estado de Minas Gerais. Definidos os segmentos que ocupariam cada cargo diretivo, a reunião foi suspensa e os membros dos plenários foram divididos e se reuniram em assembleias setoriais para as eleições dos respectivos representantes nos cargos mencionados. **4.3. Minuta de Deliberação**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

dos Comitês PCJ nº 218/2015, que “Elege e empossa dirigentes dos Comitês PCJ; define os municípios (SP e MG) com direito a voto, define a Secretaria Executiva; elege representantes dos municípios paulistas no CRH-SP; indica representantes dos Comitês PCJ nos Fóruns Paulista, Mineiro e Nacional de Comitês de Bacias e na Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB e indica os representantes para compor a CT-PL, para o mandato 2015/2017, e dá outras providências”: Após o término das assembleias setoriais, os Srs. Moretti, Leonildo Urbano e a Sr. Sergio Razera, coordenadores de cada uma das assembleias setoriais, anunciaram os resultados das eleições para a Câmara Técnica de Planejamento – CT-PL; Fóruns Paulista e Mineiro de CBHs; Fórum Nacional de CBHs; Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH/SP; REBOB e das diretorias dos Comitês PCJ, conforme segue: 1) **CBH-PCJ**: para Presidente o Sr. Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito de Piracicaba/SP); como Vice-presidente o Sr. Marco Antônio dos Santos (ASSEMAE); como Secretário-executivo o Sr. Leonildo Ednilson Urbano (SSRH-SP) e como Secretário-executivo Adjunto a Sra. Caroline Túbero Bacchin (DAEE-SP); 2) **PCJ FEDERAL**: para presidente o Sr. Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito de Piracicaba/SP); como 1º Vice-presidente o Sr. Jefferson Benedito Rennó (Prefeito de Sapucaí-Mirim/MG); como 2º Vice-presidente o Sr. Marco Antônio dos Santos (ASSEMAE); para a vaga de 3º Vice-presidente os órgãos do governo federal definirão a indicação posteriormente e comunicarão a SE-PCJ, e como Secretário-executivo o Sr. Leonildo Ednilson Urbano (SSRH-SP). Também foram anunciados os escolhidos para a CT-PL e demais representações dos Comitês PCJ. Encerrada a divulgação dos resultados das assembleias setoriais, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade, homologando-se os resultados apresentados e dando-se posse a todos os eleitos. Na sequência o Sr. Moretti, agradece a todos a oportunidade que teve em trabalhar em prol a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ, e se despediu. O Sr. Gabriel Ferrato informou que o Sr. Moretti exerceu a função de Secretário-executivo dos Comitês PCJ este cargo desde 1999, e que o mesmo teve um papel importantíssimo para que os Comitês PCJ desenvolvessem suas funções e se tornassem referência na gestão de recursos hídricos. O Sr. Gabriel agradeceu ao Sr. Moretti pelo intenso trabalho realizado. Na sequência passou a palavra ao Sr. Leonildo Urbano, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, para a condução dos trabalhos da presente reunião. O Sr. Leo Urbano, também agradeceu a oportunidade e confiança depositada e deu início aos trabalhos. **4.4. Ata da reunião realizada no dia 12/12/2014 nas dependências do DAE Jundiá, no município de Jundiá/SP**: O Sr. Leo Urbano explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Jundiá /SP, e questionou sobre a

necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade e sem alterações. **4.5 Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 219/15, de 27/03/2015, que “Cancela indicação de empreendimento, financiado com recursos da Cobrança Mineira PCJ, exercícios 2010 e 2011, denominado “Plano de Macrodrenagem para o Município de Camanducaia-MG” e dá outras providências”**: O Sr. Leo Urbano lembrou que foi indicado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 125/11, de 23/09/2011, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de Minas Gerais - Cobrança Mineira PCJ, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o empreendimento “Plano de Macrodrenagem para o município de Camanducaia-MG – 2ª etapa”, cujo tomador é a Entidade Equiparada à Agência da Bacia PJ. Informou que foram realizadas tratativas com a Prefeitura Municipal de Camanducaia quanto ao cancelamento da indicação em pauta, passando a execução do empreendimento ser realizada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, com recursos financeiros do Plano de Aplicação Plurianual – PAP PCJ 2013/2016, previstos no grupo XI – Parcerias, ação nº 3 – Ações de mobilização, assistência, estudos, projetos, serviços e obras para a porção mineira das Bacias PCJ, em específico para o exercício 2015, para execução com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, e que a proposta é que os recursos financeiros correspondentes ao empreendimento acima referido sejam contabilizados para indicações futuras, de acordo com as orientações dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.6 Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 220/15, de 27/03/2015, que “Autoriza a Fundação Agência das Bacias PCJ – Agência PCJ a celebrar convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, para repasse e utilização dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira) e dá outras providências”**: O Sr. Leo Urbano informou que a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ), com anuência dos Comitês PCJ, desde a desequiparação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ como Entidade Equiparada na Bacia dos Rios Piracicaba e Jaguari (Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais – CERH/MG nº 320 de 31 de outubro de 2012), vem promovendo o desenvolvimento de projetos, na porção mineira das Bacias PCJ, por meio da aplicação de recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

recursos hídricos de domínio da União – Cobrança PCJ FEDERAL, previstos no Plano de Aplicação Plurianual dos Comitês PCJ – PAP-PCJ 2013-2016. Informou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais – CERH/MG, aprovou na sua 91ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014, por meio da Deliberação CERH-MG nº 363/2014, de 10/12/2014, a atuação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, como Agência de Bacia para o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ). Na sequência, o Sr. Leo Urbano passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou que considerando a possibilidade estatutária da Agência das Bacias PCJ poder celebrar convênios, bem como o interesse do IGAM em assinar convênio a fim de que a Agência das Bacias PCJ possa desenvolver ações específicas para aquela região com recursos da Cobrança PCJ Mineira, a intenção é empregar estes recursos em ações de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, nos municípios de Camanducaia, Extrema, Itapeva, Toledo e Sapucaí-Mirim, pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Piracicaba e Jaguari – PJ, e apresentou o escopo do projeto proposto, ressaltando a proposta é que a Câmara Técnica de Planejamento – CT-PL ficasse responsável pela aprovação do detalhamento das ações contidas no Escopo do Projeto de PSA, a fim de compor o Plano de Trabalho e orçamento, que será elaborado com a orientação do IGAM, para efetivação do convênio mencionado. A seguir, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para manifestação dos membros. Não havendo manifestação, o Sr. Leo Urbano colocou em votação a minuta de deliberação que “Autoriza a Fundação Agência das Bacias PCJ – Agência PCJ a celebrar convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, para repasse e utilização dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira) e dá outras providências”, sendo aprovada por unanimidade. **4.7 Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº PCJ nº 221/15, de 27/03/15, que “Indica programas e subprogramas para o processo de consulta pública do CNRH sobre as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos”:** O Sr. Leo Urbano informou que a Secretaria Executiva recebeu ofício do Ministério do Meio Ambiente, solicitando aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) e aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) de rios de domínio da União, a definição de três ações prioritárias, dentre o rol constante do anexo da Resolução CNRH nº 70/07, relativas aos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para direcionamento da aplicação dos recursos da cobrança do setor hidrelétrico, conforme definido pela Resolução CNRH nº 70/07. As ações prioritizadas devem ser encaminhadas até o dia 31 de março de 2015, para a Agência Nacional de Águas – ANA. O Sr. Leo Urbano lembrou que em 2011, os

Comitês PCJ, já apreciaram esta solicitação, baseados em uma proposta de priorização elaborada pela equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ, que contemplava: Programa VII - Programas Setoriais Voltados aos Recursos Hídricos, subprograma Despoluição de bacias hidrográficas, como prioridade 1 (um); Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Rede Hidrológica Quali-quantitativa Nacional, como prioridade 2 (dois); e Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, como prioridade 3 (três). Após a explanação o Sr. Leo Urbano abriu espaço para a manifestação dos membros sobre o assunto e, não havendo manifestação, submeteu a Minuta de Deliberação que aprova a “Indicação dos programas e subprogramas para o processo de consulta pública do CNRH sobre as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos”, que foi aprovada por unanimidade, definindo-se que seriam ratificadas e encaminhadas as ações prioritizadas pelos Comitês PCJ em 2011, a saber: Programa VII - Programas Setoriais Voltados aos Recursos Hídricos, subprograma Despoluição de bacias hidrográficas, como prioridade 1 (um); Programa III-Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Rede Hidrológica Quali-quantitativa Nacional, como prioridade 2 (dois); e Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, como prioridade 3 (três). **4.8 Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº PCJ nº 222/15, de 27/03/2015, que “Institui a “Operação de Estiagem PCJ - 2015”, cria Grupo de Trabalho para coordenação dos trabalhos, no âmbito da CT-PL, e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano informou que devido às possibilidades de prolongamento da estiagem atípica que ocorre nas Bacias PCJ, na qual as chuvas vêm ocorrendo abaixo das mínimas históricas, ocasionando baixas vazões nas calhas dos corpos d’água da região e a experiência adquirida com os trabalhos da “Operação Estiagem PCJ – 2014”, instituída nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014, que também criou o Grupo de Trabalho para a instituição da “Operação Estiagem PCJ – 2014”, no âmbito da CT-PL (GT-Estiagem 2014), a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, visando minimizar e prevenir problemas devido à falta de água que pode persistir na estiagem de 2015 nas captações dos diversos usuários das Bacias PCJ, exigindo-se a articulação dos setores usuários, visando à adoção de conjunto de medidas emergenciais, urgentes, coletivas e integradas com relação aos usos de recursos hídricos nas Bacias PCJ, propõe a reativação do Grupo de Trabalho para a Operação Estiagem PCJ – 2015 (GT-Estiagem 2015), e pela continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Estiagem. O objetivo do GT-Estiagem 2015 é o de implantar, nas Bacias PCJ,



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

a “Operação Estiagem PCJ – 2015”, que se constitui num conjunto de ações para o planejamento e o enfrentamento, de forma coordenada, coletiva e integrada, de possíveis problemas aos usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ, decorrentes da escassez de recursos hídricos durante o período de estiagem deste ano de 2015. O GT-Estiagem 2015 deverá manter suas atribuições até 30/11/2015 ou prazo superior, a critério da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), reunindo-se mensalmente, ordinariamente, ou em períodos menores, extraordinariamente e podendo contar com o apoio de assistentes convidados ou consultores, convidados ou contratados pelos seus membros, ou, existindo a disponibilidade de recursos, pela Agência das Bacias PCJ. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano, apresentou proposta de recomposição para o GT-Estiagem 2015, conforme disposto nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014, sendo constituído por representantes das seguintes instituições: I. Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, que o coordenará, com a participação de: Secretário-executivo (coordenador); Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ; Secretário-executivo adjunto do CBH-PJ. II. Representantes da Agência das Bacias PCJ: III. Coordenadores (titular e adjunto) das seguintes Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ: Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA); Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) ; Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL); Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA); Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria); Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural); Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB); Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM); IV. Um representante designado por cada uma das seguintes instituições representativas dos setores usuários: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ); Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Sindicato Rural de Campinas; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). V. Um representante designado pelas agências reguladoras de saneamento, abaixo descritas, na condição de convidados: Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ); Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP). Na sequência o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para manifestação dos membros. Não havendo manifestação, o Sr. Leo urbano colocou a minuta de deliberação que “Institui a “Operação de Estiagem PCJ - 2015”, cria Grupo de Trabalho para coordenação dos trabalhos, no âmbito da CT-PL, e dá outras providências” em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4.9. Minuta de Deliberação dos Comitês**

PCJ nº 223/15, de 27/03/15, que “Referenda parecer da CT-OL sobre pedido de mudança da classe de rios, feito pela P. M. de Vargem, e dá outras providências”: O Sr. Leo Urbano informou que a Prefeitura Municipal de Vargem/SP, por meio do Ofício nº 178/2014 GP, de 09/06/2014, solicitou a alteração do enquadramento dos rios Jaguari e Jacareí, da Classe 1 para Classe 2, nos trechos compreendidos entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a entrada do rio na represa Jaguari, e da saída das represas Jaguari-Jacareí, até a divisa dos Municípios de Vargem e Bragança Paulista e, por meio do Ofício nº 297/2014 GP, de 06/11/2014, apresentou estudos complementares para os pontos de coleta e análise de água, referentes ao solicitado no Ofício nº 178/2014 GP. Ressaltou que o assunto foi analisado na 1ª Reunião do GT-Enquadramento PCJ, da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2014, no município de Jundiá/SP, e na 2ª Reunião do GT- Enquadramento PCJ, da CT-OL, realizada em 24/10/14, na cidade de Vargem/SP; e pela CT-OL durante sua 51ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/2014, na cidade de Campinas /SP, que encaminhou o Ofício CT-OL nº 02/2015, de 27/01/2015, à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, informando da improcedência da solicitação apresentada pela P. M de Vargem/SP. Na sequência explicou os motivos do indeferimento, pela CT-OL, da solicitação da P. M de Vargem. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para discussões e considerações dos membros do Plenário. O Sr. Michele Consolmagno, representante da P. M de Vargem, solicitou a palavra e expôs as justificativas da necessidade de alteração do enquadramento dos rios Jaguari e Jacareí, da Classe 1 para Classe 2, conforme solicitado, ressaltando que as Câmaras Técnicas que se ativeram ao parecer favorável a mudança de classe, concordam que não existem dados suficientes de monitoramento deste trecho. Após, o Sr. Sebastião Bosquilia, Coordenador da CT-OL, esclareceu dá improcedência da solicitação apresentada pela P. M de Vargem/SP. Após as manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação que referenda o parecer da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), dos Comitês PCJ, constante do Ofício CT-OL nº 02/2015, de 27/01/2015, que consta do anexo a minuta de deliberação, a qual foi aprovada com um voto contrário da P.M de Vargem/SP. **4.10. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 224/14, de 27/03/15, que “Altera o Plano de Trabalho da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ”:** O Sr. Leo Urbano lembrou que nos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 039/09, de 28/08/2009, alterada pelas Deliberações Comitês PCJ nº 073/10, de 19/03/2010, nº 115/11, de 28/06/2011, e nº 169/13, de 27/03/2013, que aprovaram a revisão das Normas Gerais para criação e funcionamento de Câmaras Técnicas, é prevista a elaboração anual de Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas (CTs), compatível com o Plano de Bacias e cronograma de trabalho dos Comitês PCJ. Que para o mandato 2013-



Ata da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 27/03/2015

2015 das CTs dos Comitês PCJ, os Planos de Trabalho Anuais (PTA) foram aprovados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 196/14, de 27/03/2014. Diante do exposto, o Sr. Leo Urbano informou que, por meio do Ofício CT-EA nº 02/2015, datado de 23 de fevereiro de 2015, a Coordenação da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, solicitou alteração em seu Plano de Trabalho, acrescentando a atividade “Proposta de Educação Ambiental para enfrentamento da crise e escassez de água nas Bacias PCJ”, que tem por objetivo realizar 4 Encontros sobre eventos hidrológicos extremos nas Bacias PCJ, com gestores públicos, educadores, comunicadores, sociedade civil e empresas, para elaboração de propostas educativas sobre o tema. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para manifestação dos membros. Não havendo manifestação, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação em votação sendo a proposta de alteração do Plano de Trabalho Anual da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, incluindo-se a atividade “Encontros: Eventos Extremos Hidrológicos nas Bacias PCJ” aprovada por unanimidade. **5. Outros assuntos: Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, de 12/12/14, reti-ratificada em 27/03/2015, que “Prioriza, para o exercício de 2015, empreendimentos supletivos do processo de financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2014, e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano solicitou a inclusão

do item de pauta que trata da re-ratificação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, de 12/12/14, que trata da priorização, para o exercício de 2015, empreendimentos supletivos do processo de financiamento com recursos da Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2014. O Sr. Leo Urbano colocou em votação a inclusão do pedido como item de pauta, sendo aprovada por unanimidade. O Sr. Leo Urbano lembrou que durante a 14ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, foi aprovado a deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, que prioriza, para o exercício de 2015, empreendimentos supletivos do processo de financiamento 2014. Explicou que erroneamente, está deliberação foi publicada, constando em seu Art. 1º apenas a priorização para indicação em 2015, com recursos da Cobrança Paulista PCJ dos empreendimentos supletivos do exercício de 2014, faltando a indicação, de empreendimentos com recursos do FEHIDRO. Ressaltou que as indicações deverão ser feitas, tanto para o financiamento com recursos das Cobranças PCJ, quanto do FEHIDRO. Diante da falha na redação, explicou que para não haver a prejuízo na da indicação desses empreendimentos indicados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, de 12/12/14, que seja acrescido no Art. 1º da referida deliberação o termo “FEHIDRO”. Após as explanações, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para discussão e, não ocorrendo manifestação, colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 216/14, reti-ratificada em votação, que foi aprovada por unanimidade. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Gabriel ferrato agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

LEONILDO EDNILSON URBANO
Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

GABRIEL FERRATO DOS
SANTOS
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL